

Notas de Apresentação

Com este número 4 da revista *Desenvolvimento e Sociedade*, damos continuidade à nossa missão e objetivos editoriais de divulgar numa perspetiva plural das ciências sociais, mais um conjunto de trabalhos resultantes de *working-papers*, reflexões críticas e perspetivas analíticas na área do desenvolvimento, em geral, abordando os autores temas teórico-metodológicos e reflexões em torno dos resultados de investigação, tais como as inquietações sobre o bem-estar, a qualidade de vida e a saúde, os problemas em torno da recolha e tratamento dos resíduos urbanos, as respostas sociais face a problemas sociais e problemáticas de inclusão social, a multidimensionalidade da percepção de valor dos atores do sector agrícola, entre outros tópicos. Procuramos ainda neste número divulgar artigos (*research papers, short papers*) relacionados com sínteses dos trabalhos de jovens investigadores sobre as redes sociais, o *empowerment* e o capital social, entre outros tópicos.

No primeiro artigo intitulado “*Entre direitos consagrados e constrangimentos operacionais: dissonâncias estruturais no sistema português de acolhimento de refugiados*”, Octávio Sacramento e Pedro Gabriel Silva analisam o tema do acolhimento dos refugiados que chegaram a Portugal através do programa de recolocação da União Europeia, em vigor entre 2015 e 2017. Para os autores, embora a gestão do acolhimento dos refugiados seja marcada por fundamentos político-jurídico-organizacionais do asilo, as respostas sociais concretas resultantes são paradoxais. Tal como justamente assinalam os autores, existe uma certa clivagem estrutural que “resulta do posicionamento do próprio Estado português, que manifesta grande disponibilidade para receber refugiados e propõe-se à sua instalação em linha com a lei e as recomendações internacionais, ao mesmo tempo que tende a desresponsabilizar-se do resto do processo, transferindo para as autarquias e as organizações da sociedade civil grande parte dos encargos do acolhimento, sem lhes proporcionar as condições adequadas a um efetivo cumprimento das responsabilidades atribuídas. Tal

situação pode, pelo menos parcialmente, tentar compreender-se tendo em conta que o sistema português de acolhimento à escala nacional é um empreendimento emergente, ainda sujeito a muitas contingências e com um longo caminho a percorrer” (p.7). Em síntese, para os autores o Estado português não consegue assegurar cabalmente a gestão do acolhimento dos refugiados, transferindo para as instituições locais, o ónus do encontro de soluções para as necessidades dos refugiados que acolhem.

António Bento Caleiro apresenta um trabalho intitulado “*Bem-Estar, Qualidade de Vida e Saúde em Portugal. Uma proposta metodológica para os seus indicadores*”. Mais do que uma mera discussão estatística, o autor problematiza as lógicas de cálculo de indicadores compostos, bem como as ponderações e os fatores considerados no seu cálculo. No caso dos indicadores de Bem-Estar e da Qualidade de Vida, onde incorporam as vertentes da Saúde, o autor sugere a imprescindibilidade de “uma ponderação que corresponda à maximização da correlação média entre o indicador composto da Saúde e as suas componentes (individuais)” (p.21). Ao tomar em consideração este aspeto metodológico, os resultados do trabalho de António Caleiro sugerem uma evolução do indicador da Saúde menos favorável do que é apresentada nos documentos oficiais, sugerindo ainda uma evolução menos favorável para a Qualidade de Vida, logo também para o Bem-Estar em Portugal, nos períodos entre 2004-2016.

Tomando como pano de fundo uma abordagem de natureza quantitativa, Joana Joaquim, Ana Sampaio e João Mosca apresentam-nos um artigo intitulado “*Agronegócio Internacional e Multidimensionalidade da Percepção de Valor dos Pequenos Produtores Agrícolas em Xina-vane, Moçambique: Uma Análise Factorial Confirmatória*”, onde exploram e questionam as dimensões cognitivas e racionais do valor percebido dos consumidores. Para os autores, “o conhecimento das percepções dos indivíduos tem sido importante para se adequarem estratégias de retenção/fidelização de clientes aos vários

perfis de consumidores, sendo que a exploração das dimensões cognitivas e racionais do valor percebido, focadas, essencialmente em estratégias duais utilitaristas, tem vindo a ser substituída pela exploração de configurações mais adaptadas às novas realidades, envolvendo áreas científicas, ainda não exploradas e com novas potencialidades.” (p.36). Através da aplicação de uma escala da percepção de valor de um relacionamento, adaptado ao pequeno agricultor, como escala reduzida de PERVAL, de Sweeney e Soutar (2001), adaptada por Walsh et al. (2014) e mais recentemente, replicada em outros estudos por Sampaio & Saramago (2016) (p.36), com tratamento de dados segundo os critérios da análise factorial confirmatória, os autores analisaram os padrões de relacionamento dos pequenos agricultores com agroindústrias da zona rural de Xinavane, Moçambique, problematizando assim o julgamento cognitivo-ativo de uma relação de troca.

No trabalho intitulado “*La acción pública frente al empleo de las personas con enfermedad mental grave: El mapa de la rehabilitación laboral en España. ¿Es posible la construcción de un único modelo?*”, Segundo Valmorisco Pizarro da Universidad Complutense de Madrid questiona as políticas públicas de inclusão social em Espanha, mormente as que dizem respeito às pessoas com risco de exclusão social, entre as quais as pessoas com “doença mental grave”. Tomando como enfoque uma breve análise do que tem sido efetuado nas 17 Comunidades Autónomas de Espanha, o autor apresenta um modelo de análise com um conjunto de itens, tais como os seguintes: nome do recurso, desenvolvimento histórico, equipe profissional, acesso ao recurso, tipo de serviços, características socio-demográficas das pessoas atendidas, dados de inserção e existência de itinerários. Os resultados do seu estudo revelam disparidade regionais das políticas públicas, em termos de orçamento, metodologia, coordenação institucional e colaboração público-privada, bem como a existência ou não de redes de trabalho que na perspectiva do autor são fruto de uma clara ausência de liderança e de diálogo social dos atores públicos sobre a aplicação de recursos públicos na melhora na qualidade de vida das pessoas com “doença mental grave”.

Desde a criação da União Europeia, as problemáticas das regiões de fronteira têm estado na ordem do dia.

Decorrente de uma recolha de informação sobre os diferentes programas comunitários do INTERREG e suas diretrizes para os programas operativos, Portugal e Espanha, Carlos da Silva, Saudade Baltazar, José Saragoça, António Abrantes, Tânia Silva, Marcos Olímpio, Natércia Silva, Domingos Braga e Graça Viegas analisaram no seu trabalho intitulado “*Uma análise lexicométrica dos documentos oficiais sobre a cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal*”, os eixos nucleares do sistema ideológico da cooperação transfronteiriça da Raia Ibérica. Para os autores, subjaz nos discursos e textos dos documentos oficiais uma certa utopia generosa dum mundo “sem fronteiras” com impactos de ordem diversa no plano social, económico, cultural e político. Acrescentam ainda os autores que o discurso oficial é ainda marcado por uma lógica ideológica, mais localista do que regionalista, moldada por jogos de poder entre os atores coletivos. Em suma para os autores, a ideologia da cooperação transfronteiriça não esvazia a noção de fronteira estatal e espacial, sendo essencialmente um veículo político orientado para instrumentalizar o acesso aos fundos estruturais da União Europeia, mais do que para resolver problemas e necessidades de cooperação efetiva entre as populações das zonas raianas portuguesa e espanhola.

A sociologia das questões ambientais não se esgota na discussão sobre as problemáticas das alterações climáticas e do ordenamento do território. António Marques apresenta no seu trabalho intitulado “*O lixo nosso de cada dia... Os Resíduos Urbanos na região Alentejo (2011-2014)*”, um olhar da sociologia do ambiente sobre as políticas públicas sobre a recolha e tratamento dos Resíduos Urbanos (RU). Para o autor, “Dos vários Planos Estratégicos de Resíduos Urbanos, implementados desde 1997, várias metas foram traçadas sem que muitos dos objetivos sejam alcançados. Desses ressaltam a diminuição da produção de RU e o aumento da reciclagem. Ora o que ressalta das estatísticas é revelador: a região Alentejo apresenta uma elevada produção de RU por habitante, que em muitos dos municípios ultrapassam em muito a média nacional.” (p.111) Contudo, António Marques assinala que “os pressupostos implícitos e explícitos nas novas regras aprovadas pela União Europeia no âmbito da Economia Circular impõem

metas extremamente ambiciosas” (p.127) no âmbito dos RU, factos que exigem uma outra cultura de participação e de responsabilização das populações com “novos” hábitos de reciclagem e de mobilização voluntarista na separação dos resíduos.

As lógicas de participação e envolvimento das comunidades dos países em via de desenvolvimento nas ações de melhoria das suas condições de vida são sempre paradoxais. Zacarias Costa e Carlos da Silva apresentam os dados preliminares dum estudo sobre o *empowerment* e o capital social num processo de desenvolvimento comunitário na comunidade Suco Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa inserido num outro mais vasto, onde pretendem: 1) Caracterizar o capital social na comunidade Suco Biqueli; 2) Descrever a importância e o papel do capital social nos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli; 3) Analisar as formas de participação e *empowerment* da comunidade nos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli; 4) Identificar os fatores críticos de sucesso num processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli. Em termos gerais, foram realizados dois momentos de trabalho de campo (Setembro a Dezembro de 2016; e Setembro a Dezembro 2017) e foram entrevistados 9 atores-chave e líderes da comunidade, cujos resultados sugerem que, em Suco Biqueli (Timor_Leste), a) o capital social é essencialmente fundado na confiança; b) subsistem vários desafios do processo de desenvolvimento, c) sendo vários relacionados com as necessidades básicas e imediatas da comunidade; e que d) veicula no seio da sua comunidade um *empowerment* comunitário como poder social no combate à pobreza. Em síntese, para os autores “o campo das possibilidades de *empowerment* dos atores sociais de Suco Biqueli é atravessado por dois eixos de caracterização da objetivação do capital social, sendo um composto pelo grau e força dos laços e vínculos sociais dos atores e o outro formado pelas condições de *capacitação* que os mesmos atores sociais possam deter para o controlo dos recursos e informação no espaço social.” (p.148)

É sobejamente reconhecida a polissemia do conceito de desenvolvimento. Num trabalho intitulado “A

problemática do desenvolvimento e crescimento económico: revisitar conceitos, teorias e modelos”, Paula Reis e Saudade Baltazar apresentam os principais traços evolutivos do conceito e das práticas de desenvolvimento, questionando e refletindo em particular, as linhas orientadoras das principais teorias e modelos do pensamento económico nos últimos anos. Para as autoras, “as abordagens alternativas de desenvolvimento aos modelos tradicionais, encontram-se acopladas a novos conceitos como território, espaço, participação e *empowerment* (associados a novas conceções do conceito de desenvolvimento), que vêm assumido uma importância crescente, por um lado, as estratégias *from below*, que procuram devolver às pessoas *empowerment*, permitindo-lhes que sejam atores ativos nos seus próprios processos de desenvolvimento, num processo ascendente ou ‘de baixo para cima’. Esta nova forma de perspetivar o desenvolvimento remete de imediato para a necessidade de uma responsabilização coletiva e organizada dos diferentes atores – exercício pleno da sua cidadania –, quer na realização do diagnóstico das necessidades não satisfeitas, problemas e oportunidades, quer na adoção de metodologias participativas nos processos de desenvolvimento e implementação das ações (execução, acompanhamento e avaliação).” (p.169-170) Em síntese, neste ensaio, as autoras colocam em evidência o carácter multidimensional do fenómeno do desenvolvimento, assim como os princípios orientadores das novas abordagens alternativas de desenvolvimento e o quadro conceitual e metodológico do novo paradigma de desenvolvimento endógeno.

Os coordenadores do n.º. 4 da revista *Desenvolvimento e Sociedade*:

Carlos da Silva & Maria da Saudade Baltazar

